

GREVE NAS FEDERAIS Para Paulo Renato, liminar que obriga pagamento deve ser endereçada ao Ministério do Planejamento

Ministro insiste em não pagar professores

DA SUCESSAL DO RIO

O ministro Paulo Renato Souza (Educação) disse ontem que vai recorrer da liminar concedida na sexta-feira pelo STF (Supremo Tribunal de Justiça) determinando que sejam pagos os salários dos professores federais em greve.

"A meu ver, a liminar foi mal endereçada. Não cabe a mim liberar o pagamento, mas ao Ministério do Planejamento", disse o ministro antes do seminário "Educação e Desenvolvimento", da Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

O ministro diz que não vai mais negociar com os grevistas e que já enviou seu projeto de lei ao Congresso, que prevê 34% de reajuste na gratificação dos docentes, o que significa, segundo o ministro, aumento de 12% a 13% no salário.

"Os professores perderam a oportunidade de fazer acordo na semana passada. Só espero que o Congresso aprove meu projeto e

que eles voltem ao trabalho, pois não vamos contratar substitutos para fazer o que eles têm obrigação de fazer", disse o ministro, para quem as mudanças nos salários estão "no limite do possível".

Ele disse que os salários só serão pagos quando voltarem as aulas, o semestre começar a ser recuperado e as fases dos vestibulares forem definidas. "Estamos tirando dinheiro dos ensinos fundamental e médio. Espero que eles [grevistas] cumpram a parte deles."

A secretária do Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, disse que não há dúvidas de inconstitucionalidade no decreto que transfere dos ministros para o presidente a decisão sobre salários.

Os grevistas dizem que é um artifício para descumprir decisões judiciais e transferir ao STF (Supremo Tribunal Federal) a responsabilidade sobre os processos.

Colaboração a Sucessal de Brasília

Ministro defende projeto no Rio

DA SUCESSAL DO RIO

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, classificou ontem o programa Bolsa-Escola como "um feito espetacular" de sua gestão. O programa havia sido criticado pelo professor de economia da PUC do Rio de Janeiro Francisco Ferreira, por não contribuir, segundo ele, para a diminuição dos índices de desigualdade e pobreza no país.

"Nós criamos um programa que dá até R\$ 45 por família a cada mês. São 6 milhões de famílias e 11 milhões de crianças beneficiadas pelo governo federal", defendeu o ministro. Paulo Renato disse que o valor de R\$ 15 para cada criança é pouco, mas que, considerando "os intensos níveis de miséria do país", ajuda bastante.

"É claro que seria melhor se pudessemos dar mais. Mas não podemos negar que é um programa de grande impacto social", disse.

Francisco Ferreira, que participou ontem, com Paulo Renato, do seminário "Educação e Desenvolvimento", promovido pela Fun-

dação Getúlio Vargas, no Rio, chegou a dizer que a quantia dada pelo programa é "risível".

Na opinião do professor, o Bolsa-Escola é um programa paliativo, que não contribuiu para melhorar os índices de distribuição de renda e diminuir a pobreza no país. Ele é autor de um projeto intitulado RSU (Benefício Social Único), da mesma linha do Bolsa-Escola, mas que, segundo afirma, poderia diminuir, no prazo de um ano, o percentual de pobreza do Brasil de 29% (dado do IBGE, de 1999) para 10% da população.

O programa ampliaria o universo de famílias abrangidas, e a ajuda mensal também seria maior. Seriam contempladas não só as famílias com estudantes entre seis e 15 anos no ensino fundamental, mas também estudantes que já estão no ensino médio, idosos, gestantes e mulheres com filhos com menos de seis anos.

"É muito mais do que se gasta com o Bolsa-Escola. Resta saber se a sociedade está disposta a arcar com a despesa", disse o ministro a respeito da proposta.

Fav